

Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo.

LORENNA RIBEIRO ZEM EL-DINE*

No início do século XX, a incorporação, ocupação, modernização e o povoamento do interior do Brasil constituíram projeto sistemático do regime republicano e tema privilegiado dos debates intelectuais acerca da nação. Neles, o desbravamento do interior, a proteção das fronteiras, a exploração das riquezas nacionais e a melhoria das condições de vida das populações do interior foram destacadas ações essenciais para a manutenção do território brasileiro e fortalecimento do sentimento nacional. Para os intelectuais brasileiros, de fins do século XIX e primeiras décadas do XX, aproximar o litoral do interior do país através do desenvolvimento das comunicações e da modernização significava também viabilizar o conhecimento da essência nacional. Sendo assim, interpretar ou traduzir o Brasil aos brasileiros tomando como eixo norteador o interior do país era a missão que muitos intelectuais brasileiros dessa geração atribuíram a si, ao mesmo tempo em que se posicionavam como guias para o Brasil nos rumos do progresso e modernidade.¹

Entre os intelectuais paulistas, a construção de um discurso acerca da nação associou-se ao esforço desse período de valorização da história de São Paulo. A preocupação em destacar a contribuição histórica do bandeirante na formação nacional tornou-se recorrente entre a historiografia e literatura produzida, a partir de meados da década de 1910. Essa mesma característica seria notada, anos mais tarde, na produção dos modernistas verde-amarelos, Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia e Plínio Salgado. Destacam-se aqui os artigos publicados por esses intelectuais, na segunda metade da década de 1920, nas páginas do *Correio Paulistano*. Neles, foi destacada a importância do sertão para a construção da ideia de brasilidade, bem como a atuação

* Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

¹ Esse tema foi abordado por uma extensa bibliografia. Ver: MOTTA, 1992; PÉCAUT, 1993; RAMA, 1985; SEVCENKO, 2003.

histórica do bandeirante paulista como desbravador do território. É possível entrever o alcance dessa discussão, quando considerada sua inserção em um contexto no qual a conquista, exploração e modernização do território brasileiro apareceram como ação privilegiada dos governos brasileiros; o que era amplamente apoiado pelos intelectuais.

Partindo de tais apontamentos, o tema do sertão e da interiorização do país no pensamento verde-amarelo constitui discussão central neste artigo. Outra preocupação será focar a interpretação desse grupo modernista a qual, manifestando pontos de vista ora regionalistas, ora nacionais, associou a mobilidade do bandeirante paulista à formação e manifestação do caráter do brasileiro. Entende-se que tal relação esteve presente na produção verde-amarelista da década de 1920 e apareceria reelaborada em *Marcha para Oeste*, obra publicada por Cassiano Ricardo na década de 1940.

Conhecer e explorar o sertão/território; preocupação de políticos e intelectuais

Não tendo sido característica específica da República, a preocupação com a manutenção da unidade do território brasileiro seria, contudo, redimensionada nas primeiras décadas do século XX. Seja nos conturbados primeiros anos do regime republicano, seja no agravamento da sua crise no decênio de 1920, ou, ainda, na acentuação do debate político-ideológico na década de 1930 – quando ocorreu o fortalecimento da direita nacionalista no país, propagandista de um modelo de Estado forte e corporativo –; o debate acerca da centralização e descentralização política associou-se à discussão sobre a urgência em promover a interiorização do país. Essa preocupação desdobrou-se em projeto de um Estado desejoso em se fazer presente nos recônditos mais remotos do país e civilizar as populações do interior por meio da oferta de serviços essenciais (LENHARO, 1986; LIMA, 1999).

Na passagem do século XIX para o XX, a incorporação dos territórios do Acre, Purus e Juruá ao território brasileiro, realizada por meio de acordos diplomáticos, tornou ainda mais complexo o desafio de minimizar o isolamento entre as regiões brasileiras (SÁ, SÁ, LIMA, 2008: 782). O enfrentamento desse problema teve como ponto de partida a expansão das linhas telegráficas nas regiões de Goiás e Mato Grosso visando à modernização e o desenvolvimento das comunicações. Em 1981, o projeto de

interiorização foi oficializado pelo decreto 22, de 24 de outubro e duas pastas ministeriais, a dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas e a da Guerra, tornaram-se responsáveis pelo desenvolvimento de ações que garantissem a posse das regiões, pela administração das populações, ocupação e povoamento dos territórios vazios; além do reconhecimento, demarcação e definição das fronteiras (SÁ, SÁ, LIMA, 2008: 782).

Ainda em 1981 foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica encarregada da construção da linha telegráfica no Mato Grosso entre Cuiabá e Corumbá. Suas atividades se desenvolveram entre 1900 e 1906 visando à comunicação e o controle sobre as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia (SÁ, SÁ, LIMA, 2008: 782-783). O sucesso dessa Comissão, em que se destacou a atuação do militar Cândido Mariano Rondon, somado ao desafio de expandir a linha telegráfica até a região amazônica, impulsionaram a criação, em 1907, da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA). As atividades dessa nova comissão estenderam-se até 1915 guiando-se por metas tidas, à época, mais grandiosas que as da primeira: construir linhas telegráficas na floresta amazônica, inspecionar as fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia e realizar inventário científico do território percorrido (SÁ, SÁ, LIMA, 2008: 783).²

Cabe lembrar que a essas expedições – popularizadas pela denominação de Comissão Rondon – somaram-se outras incursões ao interior realizadas nas primeiras décadas do século XX. Nísia Trindade Lima procurou analisar o impacto dessas viagens nos discursos dos intelectuais e destacar a importância adquirida pelo interior, ou sertão, entre outras denominações que receberam as regiões distantes do litoral nas interpretações acerca do Brasil produzidas nesse período. Essa autora recorda as viagens da Comissão Geológica de São Paulo como a do astrônomo Louis Cruls ao Planalto Central, em 1892, visando à mudança da capital; as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz; e a viagem de Euclides da Cunha à região de Canudos que resultou n’*Os sertões*. Para Nísia Trindade Lima, essa obra pode ser lida enquanto viagem, feita entre o Rio de Janeiro e o sertão de Canudos, e marca a oposição entre o cenário da Rua do

² Bastante estudada sob o ponto de vista do seu objetivo civilizatório, o caráter científico da Comissão Rondon foi destacado no estudo de SÁ, SÁ, LIMA, 2008.

Ouvidor com suas livrarias e cafés e o do sertão onde prevalecia a supremacia da natureza sobre o homem (LIMA, 1998).

Na literatura, a interpretação acerca desses dois pólos, o litoral, como uma estreita faixa de terra onde estavam localizados os centros urbanos, e o sertão, ou o imenso e desconhecido interior do Brasil, cercou-se de ambivalências. Como mostra Márcia Capelari Naxara (2004), marcantes nos discursos intelectuais focados na nação, em romances e relatos de viajantes do século XIX, os dualismos como “urbano/rural” “litoral/interior” e “cidade/campo”, tiveram interpretações em grande parte associadas ao par “civilização e barbárie” (NAXARA, 2004: 31, *passim*). Já nos primeiros anos da República, cidade, litoral e cenário urbano foram identificados ora como redutos de civilização, ora como símbolos de inautenticidade, na medida em que buscavam espelhar costumes importados da Europa. Por outro lado, o campo, o interior e as regiões rurais predominantes no país, foram considerados domínios da natureza e da barbárie, ao mesmo tempo em que eram vistos como *locus* da nacionalidade brasileira, pois ainda estavam alheios à influência estrangeira. Tais oposições fixavam o impasse entre a necessidade de civilizar o interior e a de preservar os valores nacionais.

Apesar da imagem negativa constantemente associada ao sertão, a passagem para a década de 1920 forneceu um cenário propício para sua valorização em diferentes âmbitos: social, político, econômico e cultural. Tal valorização acompanhou os projetos de construção de ferrovias, de delimitação de fronteiras, de saneamento, de mapeamento cartográfico, de utilização de recursos naturais (LIMA, 1998) e os esforços dos intelectuais de interpretar o Brasil e dá-lo a conhecer aos brasileiros. Essa tarefa foi encarada como um imperativo diante do fracasso republicano na condução do país ao progresso e à modernidade. A diagnosticada incapacidade da República na qual haviam sido depositadas tantas esperanças foi, em grande medida, interpretada como consequência da ignorância dos brasileiros com relação à nação e da imitação estrangeira. Dessa forma, para os intelectuais desse período, a missão de construir a nacionalidade consistia, obrigatoriamente, em desvendar o sentido histórico da nação brasileira e, com ele, o seu caminho peculiar em direção à civilização; assim afastava-se o país do perigo representado pela adoção de estrangeirismos.

Se o conhecimento e a conquista do território eram tidos como imprescindíveis à manutenção das fronteiras e para a exploração das nossas riquezas, acreditou-se, por

outro lado, que a compreensão da história do país tornaria possível recolocar o Brasil no seu caminho peculiar em direção à modernização. O descrédito com relação ao Brasil expresso no litoral, ou nas cidades, entendidas como copistas dos modismos intelectuais europeus, propiciou o desenvolvimento de uma produção intelectual dedicada a pensar o país pelo interior ou pelo sertão (LIMA, 1999; OLIVEIRA, 1998; VELLOSO, 1993). Para alguns, a incorporação do interior representava a atualização do sentido original da história brasileira, de costas para o litoral.

Nesse contexto, a geografia e a história tiveram importância destacada enquanto saberes estratégicos para a formação de uma consciência nacional, contudo, receberam diferentes valorações. Para Antônio Carlos Robert de Moraes, em países de formação colonial como o Brasil, a geografia, sobretudo, contribuiu para os debates nacionalistas, tendo em vista que “as identidades não seriam tão evidentes” nem poderiam amparar-se “numa história imemorial ou numa cultura bem diferenciada” (MORAES, 2005: 73). Por outro lado, a conquista de terras continuou sendo eixo estruturador da vida social, ou sua principal razão de ser, apresentando-se “como projeto nacional básico, dotador de sentido e de identidade para a existência do Estado.” (MORAES, 2005: 81). Entende-se, dessa forma, porque o sertão enquanto imagem representativa da imensidão do território brasileiro ainda desconhecido, inexplorado e despovoado apareceria nos textos da época como fomentador da coesão nacional, diferentemente das cidades litorâneas, as quais foram consideradas descaracterizadas pela contínua submissão à modismos europeus.

Tania Regina De Luca, ao analisar artigos publicados na *Revista do Brasil* na década de 1910, destaca com relação a esse período o mesmo abismo entre geografia e história. Segundo a autora, enquanto a geografia era tida grandiosa e compatível com o papel a ela reservado, ou seja, o de suscitar um sentimento nacional, a história era vista de forma reticente, reprodutora de mazelas e desacertos, o que dificultava a celebração das tradições brasileiras (DE LUCA, 1999: 90). Coube à geografia, portanto, propiciar uma recuperação positiva do passado, associada à manutenção do território. De acordo com a autora, para alguns intelectuais, a história nacional deveria ser narrativa dos grandes feitos que, apesar de todas as adversidades, asseguraram a posse da terra. Tal perspectiva explica a atenção especial dada ao estudo das bandeiras paulistas (DE LUCA, 1999: 97-98). Esse, sem dúvida, constitui um eixo de discussão importante para

compreensão da importância adquirida pela temática do sertão no pensamento verde-amarelo.

O pensamento verde-amarelo

Elegendo o sertão como elemento chave para a compreensão da realidade paulista e brasileira, os verde-amarelos acusaram o grupo liderado por Mário e Oswald de Andrade, influenciados pelas vanguardas artísticas européias, de representarem o Brasil a partir de um olhar estrangeiro, inviabilizando, dessa forma, uma caracterização mais apurada da realidade nacional. Partindo do pressuposto de que protagonizavam uma ruptura radical com os modismos externos, se autodenominaram membros de uma geração intelectual caipira e, por isso, mais capacitada a representar a nação e a diagnosticar os problemas do país (DEL PICCHIA, RICARDO, SALGADO, 1927).

De acordo com os verde-amarelos, o sertão definia-se como um espaço que guardava os valores originais da nação, enquanto no litoral, onde era sentida com maior força a influência externa, os valores nacionais encontravam-se ameaçados (DEL PICCHIA, RICARDO, SALGADO, 1927). Em “Aspectos Brasileiros”, Plínio Salgado destaca que as cidades sofreriam maior ação do “Tempo”, ou do “Século”, ao contrário do interior, onde prevaleceria a ação do “Espaço”. Segundo esse autor, o primeiro apresentava uma tendência uniformizadora, o que explicava a semelhança entre as grandes metrópoles em diferentes países. Já o segundo, caracterizava-se por sua influência dissociativa, permitindo, desse modo, que o *hinterland* expressasse com maior força a “vida nacional” (SALGADO, [s.d]: 96).³

O caráter positivo que esses intelectuais buscaram imprimir ao sertão ultrapassou, contudo, o contraponto entre as idéias de autenticidade e nacionalidade associadas ao *hinterland* brasileiro, e a de cópia e de cosmopolitismo, associadas ao litoral. O sertão foi resignificado pelos verde-amarelos e tornou-se também parâmetro

³ Para Mônica Pimenta Velloso, o pensamento verde-amarelo não se ateu à noção tradicional de tempo, ligada à ideia de acréscimo e aperfeiçoamento. Entre os integrantes do grupo, o tempo foi associado às noções de esgotamento, crise e passado, enquanto o espaço era relacionado com potencialidade, riqueza e futuro. Além disso, a própria noção de tradição seria definida mais em função do espaço do que do tempo, sempre representado numa perspectiva mítica ou estática (VELLOSO, 1993:14).

para a identificação da boa e má literatura produzida no país. A primeira espelhava-se em Euclides da Cunha e debruçava-se sobre a realidade brasileira procurando diagnosticá-la, enquanto que a segunda, mantendo-se alienada com relação aos problemas nacionais, era representada pela produção literária de Machado de Assis (RICARDO, 1959: 319-324).

O contraponto à representação negativa do brasileiro do interior, apático, indolente e degenerado pela mestiçagem popularizada pelo personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato (LOBATO, 1915), compõe outra dimensão do debate verde-amarelo em torno do sertão. Segundo os intelectuais ligados ao movimento verde-amarelista, o caráter fantasioso do personagem lobatiano era flagrante quando contraposto ao heroísmo dos bandeirantes e ao protagonismo histórico. Nos textos verde-amarelos, o bandeirante foi associado ao trabalho sistemático e ao emprego de prodigiosa soma de energia física necessários ao desbravamento e ao cotidiano no sertão (DEL PICCHIA, 1926).

É relevante destacar que em um contexto no qual se intensificava a crítica à influência das ideias importadas no país, a visão pessimista acerca do brasileiro passou a ser correntemente denunciada como resultado da contaminação pelos preconceitos europeus impressos nos seus discursos pessimistas acerca da mestiçagem.⁴ Dessa forma, podemos notar um deslocamento do eixo de interpretação das causas da pobreza no Brasil, até então considerada como um “fatalismo biológico” (OLIVEIRA, 1990:145-147). O sertanejo, anteriormente culpado pelo atraso brasileiro frente às nações civilizadas, a partir de então, começou a ser retratado como vítima da ineficiência das nossas elites políticas incapazes de garantir às populações rurais o atendimento às necessidades básicas.⁵ Solucionado esse entrave, alertava Cassiano Ricardo, poderíamos novamente “ve-los lutar e vencer no combate da produção como outrora pelejavam na luta do descobrimento” (RICARDO, 1927).

Os verde-amarelos, no entanto, ao discutirem acerca do par cidade/*hinterland* não conseguiram romper com os sentidos ambivalentes atribuídos a ele. Os paulistas

⁴ O caráter ideológico desses discursos há muito era denunciado por intelectuais brasileiros, tais como Alberto Torres e Manoel Bonfim, ambos citados pelos verde-amarelos.

⁵ O próprio Monteiro Lobato, antenado ao debate intelectual, político e médico-sanitarista da época, procurou, anos mais tarde, no início da década de 1920, “desculpar-se” com o seu personagem. Em “O Jeca Tatu, a ressurreição” o conformismo e preguiça não são mais considerados pelo escritor como traços inatos do Jeca, mas decorrentes da doença, a ancilostomose, que o afligia.

foram considerados exemplos para os demais brasileiros porque obtiveram sucesso no seu confronto com a natureza. Em diversos artigos, os verde-amarelos exaltaram a força do caboclo paulista subjugando o sertão e superando a todas as dificuldades impostas pela natureza, ou, segundo Menotti Del Picchia, protagonizando “a conquista inteligente do homem sobre a brutalidade tropical do meio” (DEL PICCHIA, 1928). É o que, segundo Menotti Del Picchia, poderia constatar o viajante que conhecesse as pequenas cidades do interior paulista, entre elas Mirasol, que foi tema de um artigo do escritor. Nesse artigo, Menotti Del Picchia, ao registrar suas impressões sobre a cidade, deixa sobressair o seu encantamento com a vitória do progresso sobre o sertão, resultante da expansão da cafeicultura pelo interior paulista ou nas fronteiras do estado de São Paulo. Segundo esse autor, nessas regiões, primeiro agiu o caboclo, penetrando, aniquilando e vencendo o sertão, em seguida agiram as “lavouras cultas e disciplinadas de café”, abrindo caminhos para a construção das estradas de rodagem e linhas férreas, para o afluxo de população e para o crescimento urbano (DEL PICCHIA, 1928).

A “marcha dos cafezais” rumo ao interior foi também tema de diversos artigos de Cassiano Ricardo publicados no *Correio Paulistano*. Para o autor, ela atualizava a aventura bandeirante no desbravamento do território nos primeiros séculos da história paulista e brasileira. Era exemplo dos muitos episódios em que o brasileiro, com trabalho e esforço, foi “modificando a paisagem ou caminhando com ela para a formação da pátria” (RICARDO, 1928). A poesia moderna verde-amarela, “expressão de saúde e de entusiasmo, de alegria e de mocidade”, encontrava aí a sua inspiração. Ela não deveria ocupar-se de exaltar “nossas cousas naturaes” [sic], não deveria ser “expressão de alma contemplativa”, à moda de Afonso Celso.⁶ Segundo Cassiano Ricardo, suas rimas eram “as estradas de rodagem, [...] as estradas de ferro, [...] as linhas paralelas dos cafeeiros em ordem de marcha, [...] as cantigas dos apanhadores de café nos eitos” (RICARDO, 1928). O momento delicado de crise política e cultural pedia o engajamento dos intelectuais e a produção de uma literatura que, a semelhança dos que em diversas frentes e nos vários contextos históricos rumaram sertão adentro abrindo caminhos para civilização realizasse projeto semelhante, transposto para o

⁶ Na década de 1920, que marca o desenvolvimento de um nacionalismo que procurou ocupar-se do enfrentamento dos problemas brasileiros, o escritor Afonso Celso foi bastante criticado em função do nacionalismo acríptico da sua obra mais conhecida, *Por que me ufano do meu país*. Essa foi obra acusada de fazer um elogio ingênuo do país, desconsiderando suas mazelas.

plano da cultura, de conhecer o Brasil nos seus recônditos e dá-lo a conhecer aos brasileiros. Essa literatura, liberta de lirismos e afrancesamento, considerados pelos verde-amarelos empecilhos para um olhar apurado sobre a realidade nacional, reconheceria, enfim, com quais esforços e heroísmo vinha sendo forjado o Brasil. Assim como os bandeirantes, viajantes, cafeicultores paulistas e os brasileiros que, nas primeiras décadas do século XX, continuavam “moldando a imagem viva do território e desbravando o caminho” por onde passariam em seguida “fios telegráficos da conquista” (RICARDO, 1927), também os literatos empreenderiam a sua viagem ao interior, contribuindo para o surgimento de uma literatura efetivamente brasileira.

O brasileiro como bandeirante; a versão de Cassiano Ricardo

Em *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo sistematizou o pensamento o verde-amarelo referente à problemática do sertão e ao bandeirismo buscando uma abordagem sociológica. Apesar da linguagem poética presente no livro, em prefácios publicados nas suas várias edições e entrevistas concedidas por Cassiano Ricardo, pode ser notada a preocupação desse autor em defender a objetividade do seu texto. Segundo Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste* procurou livrar-se dos elementos “emotivo, mítico, apologético e o demagógico”, e, desse modo, apresentar um “conhecimento maior e mais íntimo” do fenômeno bandeirante (RICARDO, 1970: 654-655). A intenção de romper com os mitos construídos pela historiografia acerca das bandeiras – entre eles, os que atestavam a origem fidalga do bandeirante ⁷ e sua crueldade com os indígenas; não impediu, contudo, que Cassiano Ricardo construísse novos mitos, entre eles, o do bandeirismo como formador da índole brasileira. Para esse autor, os bandeirantes paulistas não só deveriam ser entendidos como conquistadores do território nacional, mas também como disseminadores do espírito bandeirante pelas diversas regiões brasileiras.

O costume de bandeirar, segundo Cassiano Ricardo, resultou, em grande parte, da vivência no sertão, propiciada pelas características geográficas da vila paulista. Esse

⁷ Cassiano Ricardo, ao questionar a origem nobre e a riqueza do bandeirante, dialogava com os estudos de Alcântara Machado, Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr.

autor, ao desenvolver a idéia de uma relação peculiar dos paulistas com o sertão, dialoga com a tese acerca da influência do isolamento de Piratininga na história de São Paulo que foi popularizada, entre fins do século XIX e início do XX, por textos como os do historiador Oliveira Martins e de Eduardo Prado.⁸ Para Cassiano Ricardo, o difícil acesso da vila paulista ao litoral realizado por meio do Caminho do Mar, resultou na sua formação voltada para o interior. Aos primeiros povoadores de São Paulo, ou seja, aos poucos homens que conseguiram vencer a dificultosa travessia da Serra do Mar a natureza exigiu um “nascido de novo” ou o esquecimento dos costumes trazidos da Europa (RICARDO, 1970: 55-56). Do mesmo modo, os laços de solidariedade necessários à defesa comum contra o índio, o pirata e as dificuldades impostas pela natureza, o arrojo e a iniciativa, a independência com relação à Coroa portuguesa também foram considerados pelo autor como reflexos da força determinante do sertão.

Segundo Cassiano Ricardo, a natureza instigou a imaginação dos moradores da vila de São Paulo. Se por um lado despertou neles o medo do sertão, por outro lado, os atraiu para o desconhecido, impulsionando a formação das primeiras bandeiras (RICARDO, 1970: 264). Cassiano Ricardo destaca a “linguagem maravilhosa” que falou o rio Tietê aos primeiros povoadores de São Paulo. Apesar de nascer junto ao mar, seu curso dava as costas para o litoral enveredando pelo sertão adentro “como que determinando que o homem fizesse o mesmo (RICARDO, 1970: 10). Assim, foi, inicialmente, atendendo a um chamado “irresistível” do sertão ou deixando-se dominar por ele que os primeiros povoadores iniciaram a conquista do território. Contudo, segundo Cassiano Ricardo, os paulistas logo aprenderiam a submeter a geografia, a dominar a natureza, inaugurando a partir de então, por meio do bandeirismo, um sentido cultural, político, social e econômico (RICARDO, 1970: 65-66).

Pode-se considerar a narrativa histórica de Cassiano Ricardo pouco inovadora no que se refere à sustentação de uma formação histórica peculiar no planalto paulista. Esse autor, aproximando-se da tradição historiográfica paulista das primeiras décadas do século XX, destacou o desenvolvimento histórico paulista assentado em valores democráticos e numa economia organizada em torno da policultura praticada em pequenas propriedades. No entanto, o argumento expresso em *Marcha para Oeste* de que as características culturais, políticas, sociais e econômicas do planalto puderam ser

⁸ Ver BERRIEL, 2000.

reproduzidas pelo território brasileiro, por meio bandeirismo, pode ser compreendido como esforço realizado pelo autor na busca de suavizar o regionalismo de autores paulistas contemporâneos a ele. Diferente do Alfredo Ellis Jr., para quem as bandeiras paulistas deveriam ser entendidas, estritamente, como uma atividade econômica destinada a suprir a carência de mão de obra, para Cassiano Ricardo, as expedições bandeirantes foram interpretadas como extensões móveis da vila paulista, ou como “cidades em marcha” capazes de reproduzir sertão adentro os valores surgidos no contexto do planalto.⁹

Mas é, sobretudo, a interpretação de Cassiano Ricardo acerca do bandeirismo no século XVIII que marca a virada interpretativa de *Marcha para Oeste* com relação aos estudos anteriores produzidos acerca das bandeiras. Cassiano Ricardo negou que o século XVIII tenha marcado o fim do bandeirismo. Na opinião desse autor, a partir desse período, o bandeirismo apenas adquiriu uma feição diferente. Dessa forma, somou-se às expedições a pé as bandeiras fluviais e ambas seriam, a partir de então, auxiliadas por novos meios de transporte. O índio, que na bandeira histórica havia contribuído de forma determinante com a sua mobilidade, começou a ser substituído pelo sertanejo. Por fim, o sentido político da bandeira foi modificado. O “imperialismo externo”, ou seja, a conquista de terras para coroa Portuguesa deu lugar ao “imperialismo interno” que significou a conquista das regiões despovoadas já pertencentes ao território brasileiro (RICARDO, 1970: 508; 519; 524).

Ainda com relação ao século XVIII, Cassiano Ricardo buscou relativizar a crise nas vilas paulistas resultante da intensa migração para a região mineradora, a qual enfatizada nos estudos de Alfredo Ellis Jr. e Paulo Prado. Como contraponto a esses autores, Cassiano Ricardo destacou a conquista realizada no século XVIII dos territórios atuais dos estados de Mato Grosso e Goiás (RICARDO, 1970: 524) e a propagação do *ethos* paulista pelas diferentes regiões do território brasileiro. Exemplo disso, de acordo com Cassiano Ricardo, a tal ponto era a democratização na região mineradora, ou, o desprezo com relação à privilégios nobiliárquicos, que na região das minas o

⁹ Alfredo Ellis Jr. teve uma rápida participação no movimento modernista verde-amarelo. Em 1929, assinou o Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo. Esse autor, ao tratar as bandeiras como atividade econômica paulista destinada, essencialmente, ao aprisionamento de índios e a defesa da vila planaltina negou a possibilidade das expedições bandeirantes reproduzirem pelo sertão a formação social do planalto paulista.

governador teria censurado um juiz ordinário por esse ter se recusado a remar a canoa em que eram transportados os quintos de ouro (RICARDO, 1959: 94).

Para Cassiano Ricardo, portanto, não havendo cessado as condições que resultaram no bandeirismo, esse fenômeno manteve-se presente na sociedade brasileira ainda que sob novas feições. A motivação econômica permaneceu. Do mesmo modo, continuou vivo no brasileiro o quixotismo herdado do espanhol pelo bandeirante; em função desse traço psíquico ainda despertavam fascínio os mitos e fábulas de riquezas (RICARDO, 1970: 520; 555, passim). Por outro lado, teria ficado do bandeirismo histórico a necessidade de conquista e posse efetiva das regiões incorporadas ao território brasileiro. Nas palavras de Cassiano Ricardo, “a grandeza da geografia saída do bandeirismo”, seria “uma causa permanente de bandeirismo” (RICARDO, 1970: 563).

Dessa forma, em *Marcha para Oeste*, a expansão da cafeicultura por São Paulo, a partir do século XIX, foi interpretada como derivação do bandeirismo histórico. Para Cassiano Ricardo, o café, enquanto “planta nômade”, ou, “rica em mobilidade” permitiu conciliar o a propriedade imobiliária, o latifúndio, com o tipo social desbravador. O cafezal como um “exército verde” penetrou pelo Vale do Paraíba, chegou até o Oeste Paulista e já transpunha, no início século XX, os limites com o Mato Grosso e o Paraná (RICARDO, 1970: 550-552). Nota-se, portanto, em Cassiano Ricardo, a ampliação do sentido dado ao termo “bandeirante”. Conforme o trecho desse autor:

A irradiação do fenômeno [bandeirante] por todo país [...] distende o seu significado. [...] a palavra bandeirante toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de “grande empreendedor”; é o que funda cidades, o que atende à voz do Oeste, o que toma parte nas expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra [...]
(RICARDO, 1970: 562).

Além do cafeicultor paulista do século XIX, o demarcador de fronteiras foi outro personagem que, segundo Cassiano Ricardo, protagonizou “atos de bandeirismo”. Ao participar da expedição demarcatória da região do Alto Purus, Euclides da Cunha tornou-se representante desse segundo tipo de bandeirante. Com relação à expedição da qual participara o escritor, Cassiano Ricardo destacou a semelhança do relato feito por

Euclides da Cunha acerca das dificuldades e “empecilhos de toda ordem” enfrentados por seus participantes com os das expedições bandeirantes dos primeiros séculos (RICARDO, 1970: 584).

Outros exemplos de “neobandeirismo” seriam as viagens de Couto de Magalhães do Prata à foz do Amazonas e o desbravamento do sertão do Mucuri para a construção da primeira estrada de rodagem do Brasil, em 1857, realizado por Teófilo Otoni (RICARDO, 1970: 594-595).

As expedições lideradas por Rondon nas primeiras décadas do século XX foram abordadas no capítulo “As bandeiras do século XX” de *Marcha para Oeste*. Nele, Cassiano Ricardo enumera os diversos pontos de contato entre o bandeirismo de Rondon, tido pelo autor como o “principal bandeirante moderno”, com o bandeirismo dos pioneiros. Para Cassiano Ricardo, as expedições rondonianas conseguiram aliar técnicas modernas de desbravamento do interior com a cultura indígena; por outro lado, permaneceram fiéis ao destino histórico de “abrir caminhos, incorporar a população selvagem às forças vivas da nacionalidade, dar nomes aos rios e às montanhas, devassar terras virgens, descobrir riquezas, manter vivo o amor pelo sertão, fixar fronteiras geográficas e promover a unidade social e territorial do país [sic].” (RICARDO, 1970: 596). Além disso, teriam mantido o “sentido militar” das primeiras bandeiras, o de “revisão das fronteiras geográficas” e o de “pacificação do gentio” (RICARDO, 1970: 598-599). Quanto a esse último sentido, a atuação de Rondon, tal como foi descrita por Cassiano Ricardo, aproxima-se da que foi atribuída por ele ao chefe de tropa, condutor das bandeiras históricas. Assim como o bandeirante Fernão Dias Paes, para Cassiano Ricardo, Rondon foi mediador dos conflitos tribais; agiu como um “verdadeiro soldado pacificador do gentio” (RICARDO, 1970: 602).

Nas sucessivas edições publicadas de *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo procurou somar novos exemplos da sobrevivência do tipo desbravador, ou do “espírito bandeirante”, na sociedade brasileira. Assim, para Cassiano Ricardo, por meio de eventos como as migrações populacionais das “zonas antigas” para as “novas zonas de atração” e das iniciativas governamentais, tais como a mudança da capital do país para o interior, a “Operação Rondon”¹⁰ e a construção da Transamazônica, a sociedade

¹⁰ Como se sabe, o Projeto Rondon, criado em 1967, tinha como objetivo promover a aproximação entre as universidades brasileiras e o interior do país, pelo desenvolvimento de atividades assistenciais em comunidades carentes e isoladas.

brasileira seguia a direção imposta pela bandeira histórica; rumava do litoral para o interior. Entendido isso, segundo Cassiano Ricardo, cabia à história alertar contra as “deformações ideológicas” que desviassem o país do seu curso; do “sentido de brasilidade” trilhado pelos bandeirantes (RICARDO, 1970: 624). Obviamente, o discurso desse autor não era inocente e teve suas vinculações políticas, mas essa já é uma outra discussão, tema para outro artigo.

Referências bibliográficas

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo e Sena**. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999.

DEL PICCHIA, Menotti. O problema racial. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 26 ago. 1926.

_____. Mirasol, a cidade de nome lindo. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 21 abr. 1928.

_____. ; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. **O Curupira e o Carão**. São Paulo: Hélios, 1927.

RICARDO, Cassiano. Meus heroes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 29 out. 1927.

_____. A poesia dos cafesaes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 3 jul. 1928.

_____. O homem cordial; O bandeirante Euclides [sic]. In: **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura /Instituto Nacional do Livro, 1959.

_____. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

_____. ; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.3, julho/setembro, 2008.

LOBATO, Monteiro. Urupês. In: **Urupês**. 34ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, [s/d].

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

RAMA, Angel. **A cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RICARDO, Cassiano. Meus heroes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 29 out. 1927.

_____. A poesia dos cafesaes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 3 jul. 1928.

_____. O homem cordial; O bandeirante Euclides [sic]. In: **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura /Instituto Nacional do Livro, 1959.

_____. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SALGADO, Plínio. Aspectos Brasileiros. In: **Literatura e Política**. São Paulo: Editora das Américas, [s.d].

SANTOS, Fabio Muruci dos. No coração do Brasil, o trabalho: sertão e modernidade em Paulo Prado e Cassiano Ricardo. **Pós-História**, Assis/SP, n. 9, p. 199-217, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo Paulista. **Estudos Históricos**, v. 6, n.11, 1993,
Disponível em:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MonicaVeloso_Brasilidade_verde_amarela>. Acesso em 1 mar. 2009.